



**Enfrentando os desafios da Justiça
Ambiental e da Justiça Climática**

Subsídios para leitura e reflexão coletiva



Enfrentando os desafios da Justiça Ambiental e da Justiça Climática

Subsídios para leitura e reflexão coletiva

Por Muriel Saragoussi

Este caderno pertence a:



Ficha técnica

Textos: Muriel Saragoussi

Revisão: Ana Cíntia Guazzelli, Maria Emília Pacheco e Matheus Otterloo

Arte e diagramação: Marcelo Borges

Publicação do Fundo Dema/FASE

Matheus Otterloo – Coordenador Comitê Gestor Fundo Dema

Maria das Graças Figueiredo Costa – Coordenadora Regional FASE Amazônia

Sione Marysol Vinagre - Secretária

Comitê Gestor do Fundo Dema

FASE Amazônia

Fundação Viver Produzir Preservar – FVPP

Prelazia do Xingu

Fórum dos Movimentos Sociais da BR-163

Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Itaituba

Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém

Centro de Apoio a Projetos de Ação Comunitária – CEAPAC

Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE

Jorge Eduardo Saavedra Durão - Diretor Executivo Nacional

Leticia Tura - Diretora Programa Nacional Direito à Segurança Alimentar, Agroecologia e Economia Solidária

Evanildo Barbosa da Silva - Diretor do Programa Nacional Direito à Cidade

Leilah Landim Assumpção - Presidente do Conselho Deliberativo

Apoio



Setembro de 2010



Sumário

Apresentação

Capítulo 1 - O Fundo Dema – Origem e Resultados Iniciais

- 1. Quem somos e como funcionamos*
- 2. Os primeiros resultados*
- 3. Fundos específicos – uma estratégia de busca de equidade*
- 4. O Fundo Dema e o socioambientalismo*

Capítulo 2 - Contexto e Desafios para a Amazônia e para o Oeste do Pará

- 1. Os planos governamentais*
- 2. O financiamento da sociedade civil*
- 3. O que são mudanças climáticas?*
- 4. O que fazer?*
- 5. Alguns mecanismos de captação de recursos para medidas de adaptação e mitigação*

Capítulo 3 - Justiça Climática e Justiça Ambiental

- 1. Contexto histórico e definições*
- 2. O papel do Fundo Dema*

Anexo 1 – Carta Mensagem da Região MAP para a COP 15 – Pagamento por serviços ambientais com limites

Anexo 2 - Carta de Belém - Pagamentos por serviços ambientais não devem ser mecanismos de mercado

Apresentação

Quem Somos? O que Fazemos? Para onde Vamos?

Depois de cinco anos de enraizamento, com mais de 200 projetos em aprovados e consolidando a articulação entre diversas redes, que abrangem mais de 1.700 grupos, comunidades, movimentos sociais, associações e sindicatos na Amazônia brasileira, no Oeste do estado do Pará, achamos, nós do Fundo Dema, que era tempo de juntar os dados e resultados, entendendo os acertos e pensando nos novos rumos a tomar.

Na avaliação da potencialidade da região onde estamos inseridos, Amazônia brasileira, ficou cada vez mais clara a riqueza que possuímos em termos de recursos humanos, de biodiversidade, de qualidade de vida e de todo tipo de recursos naturais. Por outro lado, também com clareza crescente, se desenhou a ameaça de destruição pela injustiça ambiental e climática, que se materializa a cada dia com mais força na região.

Uma avaliação externa indicou que o Fundo Dema, pela sua origem socioambiental, por suas ações já desenvolvidas e pela identidade dos seus sujeitos (povos da floresta), é chamado a ser um dos protagonistas na exploração sustentável e na preservação da Floresta Amazônica. A partir disto, embarcamos num processo de diálogo participativo o qual, sob direção e sistematização da inestimável companheira Muriel Saragoussi¹, produziu um conjunto de subsídios destinado a fomentar, consolidar e aperfeiçoar, nas bases do Fundo Dema, a linha socioambiental já existente.

Para fomentar este diálogo, organizamos este caderno. Recomendamos sua leitura e a reflexão coletiva. Só a constante sequência de ação, reflexão com problematização da prática, e retorno à prática, faz nossa luta avançar. Assim, esperamos que todos e todas aproveitem bem essa sistematização, fazendo com que a experiência do Fundo Dema, articulada à de outras Redes e organizações da Amazônia, gere cada vez mais sementes e frutos, rumo à construção de uma nova sociedade: solidária, sustentável e fortalecida na sua sociobiodiversidade.

Viva a Amazônia e seus povos!

Belém, agosto de 2010.



Matheus Otterloo, presidente Comitê Gestor do Fundo Dema
FASE/FUNDO DEMA

¹Muriel Saragoussi, socioambientalista, amazonense por opção, foi pesquisadora do INPA e da FIOCRUZ, diretora da Fundação Vitória Amazônica, Secretária de Coordenação de Políticas para a Amazônia e Diretora de Extrativismo do Ministério do Meio Ambiente, além de secretária executiva do GTA. Contato: <muriels@ig.com.br>



Capítulo 1

O Fundo Dema – Origem e Resultados Iniciais

O Fundo Dema é um fundo fiduciário resultado de um processo bem sucedido de parceria entre o governo brasileiro, Ministério Público e sociedade civil organizada.

Seis mil toras de mogno extraídas ilegalmente foram apreendidas em 2003 pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, principalmente na região de Altamira e São Félix do Xingu – PA. Elas foram doadas aos movimentos sociais com a finalidade de compensar a região e seus habitantes pelos danos sofridos. O Ministério Público mediu o processo e acompanha seus resultados. (Box 1).

Box 1 – A Origem Socioambiental

Este episódio marca a origem socioambiental do Fundo Dema e registra uma vitória dos movimentos sociais contra o desmatamento ilegal e a intensificação de suas lutas por justiça ambiental. Marcou também, por parte do governo federal, o início de um combate real a esta atividade e aos crimes a ela associados, tais como trabalho escravo, grilagem de terra, roubo, porte ilegal de armas, entre outros.

Em 2003, seis mil toras de mogno extraídas ilegalmente na região do Oeste do Pará estavam apodrecendo nos rios da região. A questão chegou à então Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, por meio de denúncias dos movimentos sociais, amplificadas pela missão da Relatoria ao Direito Humano ao Meio Ambiente (Plataforma DhESCs), que contribuiu posteriormente para o Relatório Brasileiro sobre Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais.

Sendo o material apreendido perecível e frente aos riscos de roubo e outros ilícitos, foi imediatamente criado um grupo de trabalho interministerial responsável por propor uma solução exemplar para o destino das toras. Atendendo às reivindicações das entidades e movimentos sociais da região, o GT buscou destinação ao mogno e ao mesmo

tempo indenizar a região pelo dano ambiental sofrido, como previsto na Lei de Crimes Ambientais.

Definiu-se que o mogno fosse "doado com encargos" para esta finalidade a uma organização paraense de utilidade pública federal, reconhecidamente comprometida com a sustentabilidade socioambiental, sugerindo-se o Movimento para o Desenvolvimento da Transamazônica e do Xingu - MDTX - como beneficiário. Para atender a todos os requisitos legais, era preciso que a entidade destinatária tivesse fins beneficentes. Assim, as instituições, movimentos, ONGs, setores da igreja e grupos populares da região com este perfil elegeram a FASE para se responsabilizar jurídica e administrativamente pela doação.

Uma série de condicionantes foi feita à doação: a madeira seria beneficiada e vendida por uma empresa certificada; o valor arrecadado dessa venda seria depositado num fundo destinado a existir perpetuamente; os rendimentos do fundo deveriam ser usados na redução dos danos ambientais que assolam o Pará; deveria ser dada publicidade a todos os procedimentos envolvendo o uso destes recursos; e sua gestão deveria ser transparente.



Com os recursos obtidos a partir da venda da madeira, foi criado, em 2004, um Fundo Fiduciário. Seu nome é uma homenagem a Ademar Alfeu Federicci, conhecido por DEMA, coordenador do Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu, assassinado em sua casa em 25 de agosto de 2001, na frente da esposa e filhos. DEMA simboliza hoje a ação conjunta das populações na região amazônica em prol do desenvolvimento sustentável e democrático.

O Fundo Dema está sob responsabilidade legal da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE. A experiência da FASE, acumulada ao longo de quase 50 anos de atividade a serviço da democracia, 40 dos quais atuando na Amazônia, e o acompanhamento feito pela base social do Fundo, garantem uma gestão transparente, participativa e de qualidade.

Além do recurso da venda da madeira, o Fundo Dema recebeu uma doação de um milhão de dólares da Fundação Ford, que se somou ao seu capital fiduciário. Os rendimentos destas aplicações, no Banco da Amazônia S/A – BASA, são utilizados para apoiar projetos de acordo com os objetivos do estatuto do Fundo.

O Fundo Dema é um exemplo de que se pode fazer justiça ambiental quando há vontade política.

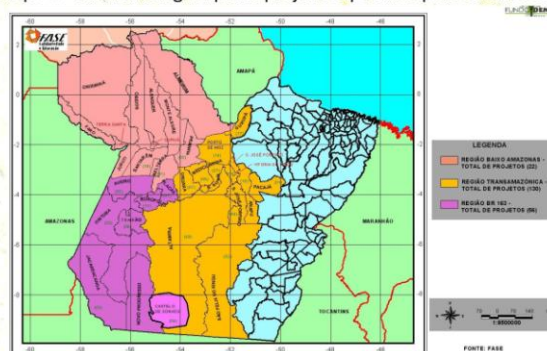
Box 2 – Objetivos do Fundo Dema

Os objetivos do Fundo Dema são:

- Fortalecer os movimentos sociais na sua ação de proteção e promoção socioambiental;
- Dinamizar o processo da inclusão social viabilizando experiências agroextrativistas, de pesca, agrícolas e agrosilvopastoris em bases sustentáveis, com equidade de gênero, geração, raça e etnia;
- Fortalecer a cidadania indígena e as comunidades de populações tradicionais;
- Combater o desmatamento e/ou uso predatório de recursos naturais;
- Defender e promover de forma sustentável a Amazônia.

Sua área de atuação abrange toda a Amazônia, mas sua atuação hoje está focada no Oeste paraense.

Mapa 1 – Área abrangida pelos projetos apoiados pelo Fundo Dema





1. Quem somos e como funcionamos

O Fundo Dema tem sua origem nas organizações dos povos da floresta em seu sentido amplo - Povos Indígenas, Quilombolas, comunidades extrativistas, ribeirinhas e da agricultura familiar.

Sua estrutura de tomada de decisão tem na base as entidades da sociedade civil organizada de três macro-regiões do Oeste do Pará: a Transamazônica, a BR-163 e o Baixo Amazonas. São atualmente centenas de comunidades rurais e de base, de delegacias sindicais e em torno de 1.700 organizações de natureza variada, como movimentos sociais, pastorais, associações, cooperativas, sindicatos e outros.

O modo de funcionamento do Fundo foi construído em bases que espelham os princípios da transparência, da participação, do controle social e da democracia.

Nos municípios da região, o conjunto das entidades elege voluntários para exercer a função de dinamizadores municipais, que ajudam a divulgar o Fundo e seus editais, mobilizando pessoas e suas entidades para apresentarem projetos e participarem das qualificações, cursos, eventos e discussões promovidas pelo Fundo e seus parceiros. São os dinamizadores que monitoram os projetos em curso e buscam criar sinergias e articulações entre eles.

O Conselho Consultivo Regional se reúne anualmente para monitorar, fiscalizar e avaliar as ações tanto do Comitê Gestor quanto do próprio Fundo. Ele é composto pelos dinamizadores municipais (quadro permanente) e por representantes eleitos pelos projetos aprovados e em andamento (quadro flutuante).

O Comitê Gestor é formado por representantes eleitos pelas redes de entidades da base de cada subregião e pelos representantes da FASE e pode ser ampliado conforme o aumento da atuação do Fundo. Em 2010, ele está constituído pela FASE, pela Fundação Viver Produzir Preservar – FVPP, pela Prelazia do Xingu, representando a região de Altamira/Transamazônica, pelo Fórum dos Movimentos Sociais da BR-163 e pelo Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Itaituba, representando Itaituba e, por fim, pelo Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém e pelo Centro de Apoio a Projetos de Ação Comunitária (CEAPAC), representando Santarém e o Baixo Amazonas. Cabe ao Comitê Gestor planejar e avaliar as ações do Fundo, além de analisar e aprovar os projetos, comunicando esta aprovação à secretaria do Fundo. Estas Redes são chamadas de “âncoras”, pois estão ao mesmo tempo na base da sociedade, por meio das entidades que as compõem, e no coração do Fundo, como grupo que toma as decisões para o seu funcionamento.

A Secretaria Executiva do Fundo faz parte da estrutura organizacional da FASE e tem por responsabilidade toda a operacionalização do Fundo, o seu dia a dia. Ela é a porta de entrada dos projetos, a executora das diretrizes do Comitê Gestor, o ponto de referência da sociedade e dos órgãos públicos, a gerente dos recursos e das ações que garantem o funcionamento do Fundo.

As informações sobre o que o Fundo faz, quais projetos apóia e os resultados que alcança são divulgados em relatórios anuais e pela internet no site da FASE www.fundodema.org.br, além de apresentados ao Comitê Gestor e ao Conselho Consultivo Regional.

O Fundo Dema tem raízes bem ancoradas na região, sendo o reflexo de suas necessidades e prioridades. Isto o torna um doador diferente dos demais. Além disto, é um fundo fiduciário, (Box 3), o que garante longevidade para suas ações, sem que o recurso disponível acabe.

Box 3 – Afinal de contas: o que é um fundo fiduciário?

Fundo Fiduciário é aquele cujo capital inicial, o dinheiro que permitiu que ele fosse criado, está aplicado no mercado financeiro. Os rendimentos destas aplicações são destinados a finalidades definidas no seu Estatuto. Os valores equivalentes à inflação e à correção monetária são sempre somados ao capital inicial, para que o seu poder de gerar rendimentos não seja corroído ao longo do tempo. O uso dos recursos não pode prejudicar a existência do Fundo e seu capital deve ser protegido para que ele dure indefinidamente.

O capital inicial do Fundo Dema é o resultado da venda do mogno doado pelo Ibama, em 2003, deduzidos os custos de transporte, beneficiamento e comercialização - R\$ 4.749.212,00 (quatro milhões, setecentos e quarenta e nove mil, duzentos e doze reais). A ele se somou uma doação de R\$ 2.227.000,00 (dois milhões, duzentos e vinte e sete mil reais) da Fundação Ford.

O dinheiro está aplicado no Banco da Amazônia – BASA. Seus rendimentos são utilizados para apoio a projetos aprovados por seu Comitê Gestor, para atividades de capacitação e para o seu bom funcionamento.

2. Os primeiros resultados

O Fundo Dema prevê apoio a projetos coletivos que contribuem ao atendimento de seus objetivos estatutários. Eles se dividem em pequenos projetos, com teto de até cinco mil reais, para atendimento emergencial (prisões, acidentes e outros) e para atendimento pontual (eventos, encontros, ação reivindicatória), e uma categoria de projetos com teto de até 20 mil reais, onde se concentra a maioria dos apoios, atendendo as propostas de desenvolvimento sustentável dos recursos naturais, formação, produção, de comercialização, agregação de valor, e outros.

Desde 2004, o Fundo já lançou sete chamadas de projetos no formato de editais simples. Em torno de um terço dos projetos aprovados é de pequeno porte.

Os projetos apoiados foram organizados em 10 temas, para facilitar a avaliação do caminho percorrido entre 2004 e 2010 (tabela abaixo).

Tabela de distribuição dos projetos aprovados pelo Fundo Dema entre 2004 e 2009, com recursos oriundos dos rendimentos do capital fiduciário, por temas, valores e contrapartida em reais.

Linha temática	Número de projetos	%	Valor em R\$	%	Contrapartida em R\$
Aquisição de materiais para atendimento emergencial	2	0,96	10.000,00	0,38	2.000,00
Manifestações populares	2	0,96	10.000,00	0,38	4.500,00
Fortalecimento da organização e capacitação cultural das comunidades	4	1,92	42.239,20	1,60	36.980,80
Legalização, estruturação e capacitação para a radiodifusão comunitária	23	11,06	244.340,23	9,25	131.237,80
Fortalecimento da organização e capacitação socioambiental das comunidades	24	11,54	251.187,11	9,51	186.669,46
Fortalecimento da organização e capacitação econômica das comunidades	20	9,62	284.038,47	10,76	147.329,80
Manejo de recursos naturais	23	11,06	374.013,60	14,17	223.815,50
Aquisição e instalação de máquinas e equipamentos	27	12,98	452.170,50	17,13	158.506,00
Fortalecimento da organização e capacitação socio-políticas das comunidades	52	25,00	476.028,53	18,03	311.996,18
Fortalecimento da estrutura institucional	32	15,38	499.592,76	18,92	256.373,44
Total	209		2.643.610,40		1.459.408,98

Fica clara a prioridade dada ao fortalecimento da capacidade de compreensão e de atuação sobre a realidade (temas 5 e 9), com uma base organizativa forte e estruturada (temas 4 e 10) e ao uso sustentável dos recursos naturais (temas 6 e 7) e capacitação e equipamentos para fazê-lo (tema 8).

O monitoramento da evolução das ações do Fundo Dema mostrou a necessidade de aperfeiçoamento da sua atuação a fim de proporcionar maiores oportunidades a segmentos sociais ainda pouco envolvidos. Mais da metade do público atendido é de movimentos de trabalhadores e trabalhadoras rurais²; 13% são radiocomunicadores; movimentos de mulheres e movimentos de trabalhadores e trabalhadoras urbanos têm cada um em torno de 10% dos projetos atendidos; o Movimento Indígena 8,0%; o Movimento Quilombola 3,5% e, por fim, 1,5% são jovens e 1,5% pescadores.

BOX 4 – Os números do Fundo Dema entre 2004 – 2010. Uma alavanca para a transformação do modelo de desenvolvimento e do uso da terra no Oeste do Pará

Projetos recebidos: 351
 Demanda de R\$ 5.455.804,86
 Projetos apoiados: 209 (59,54%)
 Atendimento de 48,43% - R\$ 2.643.610,40
 Contrapartida mobilizada pelas comunidades: R\$ 1.459.408,98
 Projetos concluídos: 106
 Projetos em execução: 102
 Desistência: 1
 Estimativa de público atingido diretamente: 42.000 pessoas
 - 18 rádios comunitárias apoiadas com mais de 770 mil ouvintes
 Distribuição dos projetos por regiões:
 - Transamazônica - 130 projetos (62,20%)
 - BR-163 - 57 projetos (27,27%)
 - Baixo Amazonas - 22 projetos (10,53%)
 Número de municípios com projetos: 20 + um distrito
 Fundo específicos - 2
 Atinge atualmente 42,87% do Pará e 10,25% da Amazônia

²Categoria que abrange um leque bastante amplo de pessoas e não diferencia extrativistas, ribeirinhos, comunidades tradicionais daqueles que são estritamente agricultores.



3. Fundos específicos – uma estratégia de busca de equidade

No desenrolar de suas atividades, o Fundo Dema verificou que seus mecanismos de participação não foram suficientes para superar a desigualdade criada entre a sociedade brasileira dominante e grupos sociais específicos, no caso os Quilombolas e os Povos Indígenas, historicamente perseguidas, injustiçadas e marginalizadas. Além disso, estas comunidades têm ritmo interno, cultura de representação e processo decisório, de planejamento e avaliação que lhes são próprios. As poucas propostas por eles apresentadas ao Fundo eram voltadas ao fortalecimento de sua identidade. Foi então definida uma estratégia de maior aproximação orgânica, respeitando suas dinâmicas internas e identidades, e fortalecendo seu protagonismo.

A Fase e o Fundo Dema, com apoio da Fundação Ford, criaram dois fundos específicos para apoiar este fortalecimento, o Fundo de Apoio, específico para as comunidades Quilombolas no estado do Pará, gerenciado em parceria com a Articulação MALUNGU (Box 5), e o Fundo Indígena Xingu – FIX

O objetivo dos fundos específicos é fortalecer a capacidade destes públicos e de suas entidades representativas.

O fortalecimento tanto das comunidades indígenas do Xingu quanto das comunidades Quilombolas articuladas na MALUNGU passa pela participação majoritária no Comitê de Gestão do Fundo específico, criado e pelo seu envolvimento direto nos processos de tomada de decisão referentes aos projetos apresentados para apoio. Ambas as atividades geram necessidade de uma visão de conjunto, além de promover responsabilidade e comprometimento com o desenvolvimento e o futuro de todos.

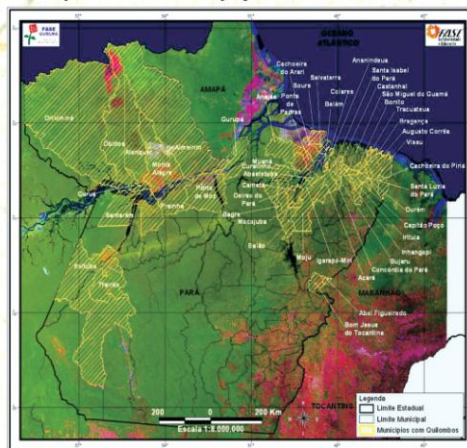


Manejo comunitário quilombola Tauaaçu.

São objetivos da MALUNGU:

- Promover a articulação entre as associações e comunidades Quilombolas do Pará;
- Lutar conjuntamente com as associações e comunidades Quilombolas pela titulação de suas terras e acompanhar a tramitação dos processos de titulação;
- Estimular o manejo sustentável dos territórios Quilombolas para garantir sua sustentabilidade econômica, social, ecológica, política e cultural;
- Apoiar as comunidades e associações Quilombolas a fim de que conheçam, integralmente, os direitos que lhes são assegurados por Lei;
- Apresentar e defender as reivindicações das associações e comunidades Quilombolas frente às autoridades municipais, estaduais e federais;
- Apoiar as associações e comunidades Quilombolas no desenvolvimento de seus trabalhos;
- Promover convênios com universidades, institutos de pesquisa e organizações não-governamentais para a elaboração de estudos de interesse das associações e comunidades Quilombolas;
- Divulgar a luta dos Quilombolas para a opinião pública;
- Lutar contra todas as formas de preconceito e discriminação racial;
- Propor ações judiciais, quando for necessário, em defesa de suas afiliadas, inclusive na questão do meio ambiente e contra todas as formas de degradação que atinjam as comunidades Quilombolas;
- Valorizar, promover, estimular, divulgar as tradições, cultura e a religiosidade afro-brasileira das comunidades Quilombolas, reconstruindo a história das populações negras;
- Estimular e promover ações voltadas para eliminar as desigualdades de direito e tratamento entre homens e mulheres.

Mapa 2 - Área de ocupação Quilombola no Pará





Box 5 – Os Quilombolas e a Articulação MALUNGU

MALUNGU: termo de origem imprecisa, com certeza africana, cuja etimologia pode significar “companheiro de travessia”, representando o laço construído na passagem da África para o Brasil, a companhia de ida na travessia, o membro de uma mesma comunidade. Palavra construída na oposição comum ao ngoma (“homem branco”, “capataz”).

As origens possíveis desta palavra são duas: do locativo conguês (kikongo) ma alungu, contraindo em m'alungu, que significa “no barco, no navio” (segundo Jacques Raimundo, 1933), ou do kimbundu, maluga, “companheiros, camaradas” (segundo Antenor Nascentes 1961). (Bruno Sanches Ranzani da Silva, 2008).

Motivados pela importante e histórica trajetória de articulação política que garantiu o reconhecimento de seus direitos fundamentais na Constituição Federal Brasileira de 1988, os homens e mulheres quilombolas do Pará criaram em março de 2004 a Coordenação das Associações das Comunidades Quilombolas do Pará. Esta organização estadual, legalmente constituída, foi chamada de Articulação MALUNGU.

Sempre com apoio da FASE / Fundo Dema, esta opção se consolidou através da realização do II Encontro Estadual dos Quilombolas do Pará. O encontro contou com a participação de aproximadamente 80 representações das comunidades Quilombolas, das regiões do Baixo Amazonas, Nordeste paraense, Marajó e Região Metropolitana de Belém e dinamizou estes conjuntos em sua preparação através de encontros regionais. Hoje, a MALUNGU articula 85 Associações e Federações Quilombolas em cinco regionais no estado do Pará: Baixo-Amazonas, Guajarina, Nordeste Paraense, Salgado e Tocantina.

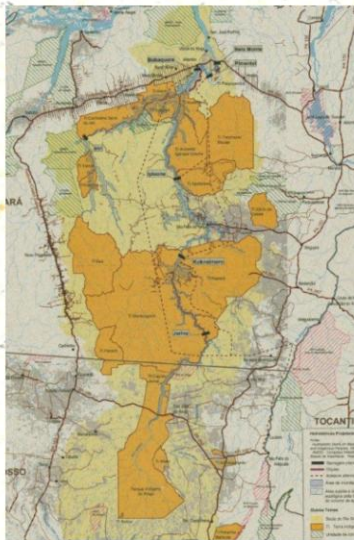
Em 2009, o Fundo de Apoio para as Comunidades Quilombolas no Estado do Pará definiu seu Comitê Gestor, com participação majoritária dos quilombolas. Ele é coordenado pela MALUNGU, composto por representantes de cada uma de suas seis regionais e pela FASE, que exerce a representação do Comitê Gestor do Fundo Dema.

O Fundo Indígena Xingu tem por desafio atender uma população específica, com práticas coletivas, que se regem por códigos e regras próprias, segundo sua cultura e organização social, distintas das formas mais usuais embutidas no “modelo associação”. Falta-lhes suporte técnico e financeiro para prosseguir em direção ao reconhecimento de suas identidades étnicas. Buscam a efetivação de seus direitos sem perder sua identidade Indígena, não importando que estejam na cidade de Altamira, nas aldeias ou na beira dos rios e igarapés

O Comitê Gestor do Fundo Indígena Xingu ainda não está completamente constituído, respeitando o tempo e os processos internos de organização indígena, mas ele terá em sua composição 12 representantes indígenas - quatro dos índios urbanos, quatro dos índios ribeirinhos e quatro daqueles que vivem em aldeias, além de um representante de cada uma das instituições parceiras - FASE / Fundo Dema, CIMI e Instituto Humanitas.

Os objetivos do FIX são: (1) fortalecer a identidade étnica; (2) fortalecer as Associações Indígenas; (3) apoiar práticas produtivas sustentáveis; (4) apoiar atividades voltadas ao incentivo e à preservação da cultura material e imaterial dos Povos Indígenas da região; e (5) apoiar atividades de capacitação, especialmente para os jovens indígenas.

Mapa 3 - Área de atuação do Fundo Indígena Xingu



Box 6 – Fundo Indígena Xingu – FIX

Os Povos Indígenas da região do Xingu contam hoje com sete Associações Indígenas, sendo duas criadas por índios citadinos e as demais por índios aldeados das etnias Xipaya, Kuruaya, Juruna da Boa Vista, Arara e Xikrin do Bacajá.

Elas envolvem principalmente as populações indígenas que mantêm relações sociais, econômicas e políticas mais estreitas com a sociedade nacional. Em geral, buscam fortalecer sua organização e afirmar sua identidade étnica.

Suas reivindicações incluem a melhoria da qualidade de vida, projetos de geração de renda, resgate ou proteção de sua cultura e a recuperação ou a proteção de suas terras.

A criação destas associações é bastante recente: a primeira, a Associação dos Índios Moradores de Altamira – AIMA, foi criada em 2001. A partir de 2002, foram criadas as Associações dos Povos Indígenas Aldeados. Todas enfrentam dificuldades de gerenciamento, de cumprimento da burocracia e, principalmente, de falta de recursos financeiros.

Apesar desta situação, os índios as reconhecem como formas de lutar por seus direitos e encaminhar suas reivindicações. Vivendo no limite da violência interétnica, a experiência da associação os ajuda a se identificar como porta-vozes de suas próprias demandas e, portanto, lhes permite se posicionar com autonomia no espaço público.

4. O Fundo Dema e o socioambientalismo

O socioambientalismo é um conceito nascido no Brasil, a partir do entendimento de que as lutas sociais e ambientais não devem ser contrapostas, mas somar seus esforços para gerar um modelo de desenvolvimento realmente sustentável. O Fundo Dema abraça esta forma de ver o mundo, inclusive por sua própria origem.

Com base em seus objetivos, ele estimula o aproveitamento dos recursos naturais florestais e não florestais e a reorientação das práticas produtivas para a manutenção da biodiversidade numa floresta diversificada e produtiva. Isto com certeza contribui de modo significativo tanto para frear o desmatamento e a degradação florestal, como também para recuperação de áreas degradadas e para a defesa das áreas protegidas existentes na região.

Três das linhas temáticas apoiadas pelo Fundo Dema formam um conjunto articulado que

pode ser chamado de “ação socioambiental”. São estas: fortalecimento da organização e capacitação socioambiental das comunidades; fortalecimento da organização e capacitação econômica das comunidades e manejo de recursos naturais. Elas perfazem hoje somente 32% dos projetos do Fundo Dema e precisam ser valorizadas e multiplicadas para a obtenção de impactos mais profundos no combate à degradação e ao desmatamento e, especialmente, para a valorização da floresta em pé e de seu uso

Mas o Fundo já está recebendo mais pedidos do que aqueles que pode atender. Assim, decidiu gerar uma proposta de expansão de sua atuação que lhe permitirá valorizar o sentido socioambiental dos projetos e a apresentou ao Fundo Amazônia. A temática priorizada nesta proposta de captação de recursos está descrita no Box 7.

Box 7 – Temáticas prioritárias de expansão da área socioambiental do Fundo Dema

Área	Temática Prioritária
I - Manejo florestal comunitário sustentável	<ul style="list-style-type: none"> ● Capacitação em Manejo Florestal Comunitário Madeireiro e Não Madeireiro. ● Elaboração e Execução de Planos de Manejo Florestal Comunitário Madeireiro e Não Madeireiro.
II - Atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da floresta - valorização da floresta em pé	<ul style="list-style-type: none"> ● Capacitação para o uso e beneficiamento de produtos florestais. ● Agregação de valor e comercialização de Produtos Florestais e Agroflorestais.
III - Conservação e uso sustentável da biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> ● Capacitação em proteção e uso sustentável da biodiversidade. ● Capacitação em gestão do Território. ● Gestão da propriedade e do Território. ● Elaboração e Execução de Planos de Uso Comunitário de Recurso Naturais. ● Elaboração e Execução de Planos de Utilização de Assentamentos Agroflorestais e de Unidades de Conservação de Uso Sustentável.
IV - Recuperação de áreas desmatadas	<ul style="list-style-type: none"> ● Capacitação em recuperação de áreas degradadas e em uso múltiplo. ● Sistemas Agroflorestais (SAFs) - implementação e consolidação. ● Recuperação de áreas degradadas em pequenas propriedades familiares, em assentamentos e em áreas protegidas de uso coletivo (Ucs de uso sustentável, Terras Indígenas e Quilombos). ● Recuperação de APPs e de Reserva Legal.
V - Temas transversais	<ul style="list-style-type: none"> ● Acompanhamento do desenvolvimento regional em seus impactos sobre o desmatamento e a degradação da floresta. ● Capacitação com vistas à contribuição em ações de regularização fundiária de territórios tradicionais. ● Monitoramento e avaliação dos impactos de projetos sobre o desmatamento e degradação da Floresta Amazônica.



Capítulo 2

Contexto e Desafios para a Amazônia e para o Oeste do Pará

Nas últimas duas décadas, o Brasil e o mundo têm voltado seus olhos para a Amazônia com perspectivas bastante contraditórias. Alguns enxergam nela fantásticos recursos naturais que devem ser acessados rapidamente para gerar riquezas das quais o país precisaria para se desenvolver segundo o modelo do século XX: terras para expansão da fronteira agrícola, madeira, energia, minérios, e tantas outras. Há ainda os que pensam nela como um espaço a ser preservado, estudado e desenvolvido com todo cuidado, já que ela guarda biodiversidade e conhecimentos tradicionais essenciais para o desenvolvimento da sociedade humana do século XXI. Com o aprofundamento da discussão sobre mudanças climáticas, o papel de regulador do clima que a Floresta Amazônica exerce também entrou neste confronto de visões de mundo.

As bases sociais do Fundo Dema estão envolvidas nesta discussão e devem tomar posição sobre estes assuntos, inclusive orientando a ação do Fundo. Por isto, são apresentadas a seguir informações para subsidiar o debate.

1. Os planos governamentais

Com perspectiva de entrada da Venezuela no Mercosul, a Amazônia passa de região periférica para coração do bloco. Isto terá implicações econômicas, mas principalmente sociais e ambientais. Outras regiões cujas dinâmicas econômicas são muito mais vigorosas estarão impondo à Amazônia uma lógica de espaço a ser transposto ou de terras e matérias-primas a serem apropriadas no interesse destas economias sem, no entanto, interesse maior em desenvolvê-la ou em respeitá-la.

Tanto o Avança Brasil, de Fernando Henrique Cardoso, quanto o Plano de Aceleração do Crescimento – PAC, de Lula, pensaram a Amazônia como um espaço a ser cruzado por estradas, enquanto seus rios - estradas naturais - são barrados e transformados num mercado de megawatts para fornecer energia para outras regiões do Brasil.



A Amazônia guarda conhecimentos tradicionais essenciais para o desenvolvimento da sociedade humana do século XXI.

Alguns avanços na área do planejamento das ações do Governo Federal para a região amazônica foram conseguidos entre 2003 e 2008, por meio da associação entre a visão de transversalidade da então Ministra Marina Silva, do Meio Ambiente, e as reivindicações dos movimentos sociais da Amazônia. Alguns exemplos são o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia, seguido por planos estaduais de combate ao desmatamento, e o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável da Área de Influência da BR-163, elaborado com ampla participação e respeito às posições da sociedade civil organizada.

No início do segundo mandato do Presidente Lula, com o lançamento do PAC, aumentou a influência dentro do governo daqueles que defendem limitar o papel do Estado à implantação de infraestrutura e à mitigação de seus eventuais impactos negativos sobre a sociedade. Esta soma de obras de infraestrutura, pensadas principalmente para fortalecer um modelo de desenvolvimento predador dos recursos naturais da Amazônia, tem atuado como um rolo compressor sobre as iniciativas de sustentabilidade conquistadas pelos movimentos da região.

Para o sucesso destas políticas públicas, duas premissas seriam necessárias: uma real participação da sociedade civil nos processos de estabelecimento de prioridades, dentro de uma visão crítica e de reforma do modelo de desenvolvimento, e o fortalecimento da capacidade de monitoramento de sua implementação por parte da base social. No entanto, pouca atenção é dada à necessidade de apoio, material e de formação, para que isto aconteça.

Box 8 – O dilema energético

O Brasil tem se apresentado ao mundo como um país com uma matriz energética – a soma de suas formas de produzir energia – majoritariamente “limpa”. Isto quer dizer que o país utiliza poucas fontes de energia não renováveis, e isto é verdade. No entanto se discute pouco o fato de que a maioria das novas hidrelétricas brasileiras, previstas no Plano Decenal de Expansão de Energia 2010-2019, situam-se na Amazônia e que sua construção se faz à custa das florestas, da expulsão de ribeirinhos e indígenas, dos impactos sobre a biodiversidade e sobre as dinâmicas dos ecossistemas. Tampouco se discute que os biocombustíveis, se não houver mudanças radicais no padrão tecnológico e na produtividade da agricultura e pecuária do país, acabarão sendo produzidos em última instância graças ao avanço da fronteira agrícola também sobre as florestas e seus habitantes tradicionais.

Isto é o que chamamos de dilema – sabemos que o Brasil precisa de eletricidade (talvez não tanto

quanto querem nos fazer crer), queremos o conforto e os benefícios que a eletricidade traz, mas também queremos conservar e usar de modo sustentável a floresta. Para resolver este problema, não há solução simples!

É preciso trabalhar em muitas frentes simultaneamente: diminuir o desperdício de energia; melhorar a eficiência das máquinas e equipamentos; usar outras fontes de energia limpa como a solar e a eólica – a força do vento. Mas, principalmente, temos de rever os objetivos da produção e as prioridades do consumo, isto é, devemos superar o consumismo e a produção de supérfluos - objetos de baixa durabilidade, coisas da moda que são trocadas a cada ano – devemos produzir para uma sociedade mais igualitária e sustentável, produzir próximo dos locais de consumo, enfim, rever o modelo de desenvolvimento!

2. O financiamento da sociedade civil

A Amazônia é considerada um bioma central na questão das mudanças climáticas. Isto vale tanto para a prevenção, onde o combate ao desmatamento, travado por muitos de nós, é uma estratégia para evitar o lançamento de gases de efeito estufa na atmosfera, quanto no que diz respeito aos serviços ambientais realizadas diariamente nas nossas atividades na floresta. Apesar de não existirem mecanismos claros de compensação por estes serviços, que serão discutidos mais à frente, há consenso sobre o papel central que exercem os povos e comunidades tradicionais na sua preservação e no uso sustentável. No entanto, suas experiências, projetos e organizações representativas encontram pouquíssimas oportunidades de apoio.

Parte das organizações é sustentada diretamente por sua base, principalmente os sindicatos. No entanto, as demandas da base, por financiamento, capacitação, equipamento e assistência, e as demandas dos governos, por interlocução e representações em instâncias, têm crescido ao longo dos anos, ao contrário dos recursos disponíveis, que têm diminuído acentuadamente na última década.

O fomento, que não exige reembolso, foi muito importante para a construção da nossa base social. Ele existe a partir de projetos apoiados por fundações, ONGs e entidades religiosas, por programas do Ministério do Meio Ambiente e marginalmente de outros ministérios. O fomento tem diminuído ano após ano, com as novas orientações do governo de centrar forças nas relações federativas (Governo Federal, Estados, Municípios), e por causa das crises financeiras internacionais, que têm diminuído os fundos das instituições privadas de apoio.

Muitas organizações e indivíduos da base não chegam a se qualificar para acesso ao crédito, público ou privado. Falta-lhes documentação, recursos mínimos para pagamento de taxas e impostos, para se deslocar até as cidades onde podem obter documentos e informações. Falta-lhes capacitação para atender à burocracia e para a elaboração de projetos dentro dos parâmetros requeridos.

É preciso dizer que o crédito oficial, via Sudam ou bancos oficiais, historicamente subsidiou o desmatamento e a concentração de terras e poder na região. A Agência de Desenvolvimento da Amazônia que sucedeu a Sudam logo transformada na Nova Sudam, ainda está longe de reverter esta situação.

Estranhamente, o aumento de recursos públicos disponíveis para crédito e projetos para a sociedade civil organizada ocorrido nos anos de Governo Lula corresponde também a um aumento da inadimplência das organizações. Isto se deve às dificuldades de execução e prestação de contas dos projetos governamentais.



Lago Grande Arapiuns, no rio Tapajós, em Santarém.

As exigências para o acesso e gasto destes recursos não levam em conta a realidade social ou regional. Eles são os mesmos para movimentos sociais e suas entidades do que para as empresas e seus exércitos de assessores. O marco legal, conjunto de leis e regulamentos, que define como o acesso aos recursos públicos está feito para atender um público empresarial e a prestação de serviços ao governo não é pensado para apoiar o desenvolvimento local e regional e muito menos para o atendimento à realidade amazônica rural.

Inspirados em Paulo Freire, podemos dizer que o Estado brasileiro, ao tratar os desiguais como iguais, perpetua a desigualdade.

A criação do Fundo Dema é sem dúvida uma luz neste cenário, devido a sua vinculação direta com os movimentos sociais, seus objetivos e sua forma de gestão e pela possibilidade de financiar suas atividades sem pressionar, induzir ou ameaçar o posicionamento político daqueles que acessam recursos.

Com pouco mais de seis anos, e como foi apresentado acima, com resultados muito positivos, o Fundo Dema tem um modo de funcionamento que se destaca por conseguir ao mesmo tempo estar ancorado na realidade regional e manter transparência e eficiência na sua gestão. No entanto, como também vimos acima, a demanda que chega ao Fundo é maior do que sua capacidade de atendê-la.

É chegado o momento de desenhar estratégias para ampliar sua capacidade de atuação e isto deve ser feito a partir de uma análise de realidade que não se restringe à região, mas que deve incorporar o contexto das mudanças climáticas, uma ameaça mundial fruto do modelo de desenvolvimento industrial, que terá consequências diretas para a Amazônia e seus habitantes.



O Fundo Dema está diretamente vinculado aos movimentos sociais.



3. O que são as mudanças climáticas?

O clima do planeta está em transformação. O planeta está esquentando e teremos um número cada vez maior de ondas de calor, de frio, tempestades, furacões, secas e inundações. São eventos extremos que piorarão a cada ano.

A Convenção Quadro das Nações Unidas para Mudança Climática, chamada de Convenção do Clima, foi assinada no Rio de Janeiro em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio 92 ou ECO 92. O grupo de especialistas convocado pela Convenção para estudar o que está acontecendo com o clima do planeta, o famoso “painel de especialistas” apresentou dados incontestáveis não só de que as mudanças são o resultado das atividades humanas, mas também de que elas já estão aqui.

Mesmo sabendo disto, os governos foram incapazes de chegar a um acordo para reduzir suas emissões de gases de efeito estufa, aqueles que estão causando as mudanças climáticas. Assim, já é inevitável um aumento médio de 2oC na temperatura do planeta, considerado o ponto a partir do qual não há mais possibilidades de reverter a situação. Este patamar significa que centenas de milhões de seres humanos terão sua sobrevivência ameaçada, sem contar com os impactos na biodiversidade, nos ecossistemas e no próprio mapa do planeta, com praias e terras baixas sendo alagadas pelo aumento do nível do mar.

Box 9 – As causas das mudanças climáticas

As mudanças climáticas são o resultado de um modo de produção, distribuição e consumo baseado na exploração intensiva dos recursos naturais. Nele, a natureza e os bens comuns - água, terra, ar, sementes - são considerados recursos a serem explorados sem restrição e privatizados.

Os países industrializados têm uma responsabilidade histórica pela produção de mais de 80% de gases do efeito estufa - GEE, provenientes em sua maioria da queima dos combustíveis fósseis (carvão, petróleo, gás). Os países do Sul contribuem principalmente por

causa das mudanças do uso do solo - isto é, com desmatamento.

São as chamadas responsabilidades comuns, porém diferenciadas: alguns têm responsabilidades maiores e há mais tempo, porém todos as têm!

Também as consequências das mudanças não são uniformes. Afetam mais os países do Sul do que os do Norte, e nos países do Sul, afetam mais intensa e diretamente os grupos sociais que menos emitem gases de efeito estufa, porque consomem menos e protegem as florestas e os sistemas hídrico e climático.

Povos e comunidades tradicionais serão de longe os mais afetados por estas mudanças: além de sua segurança alimentar, sua identidade cultural também será comprometida, porque ela é definida pela sua relação com a natureza. As mudanças afetarão sua capacidade de reconhecer as épocas de plantio, de caça e pesca de certas espécies, mas também de seus rituais, deslocamentos, visitas, casamentos. O mesmo se dará com os agricultores tradicionais, com os agricultores familiares. A agrobiodiversidade irá diminuir ainda mais e colheitas serão perdidas.

Você já sentiu mudanças no clima da sua região? O que aconteceu? Foi uma vez só ou tem acontecido muito? Porque você acha que isto está acontecendo? Você tem conversado o assunto com outras pessoas? Com sua entidade? Estão debatendo algumas propostas para que não afetem tanto a vida na comunidade? As propostas são para que a própria comunidade as execute ou são para ser apresentadas ao governo?

4. O que fazer?

Três tipos de ações são possíveis para enfrentar as mudanças climáticas: prevenção, mitigação e adaptação.

O Protocolo de Kyoto, acordo para diminuir a emissão de gases de efeito estufa, era a maior aposta da prevenção. Como vimos, ele não foi cumprido e o tempo da prevenção se acabou. Três fatores principais levaram a isto: (1) a demora dos países desenvolvidos que assinaram o Protocolo em assumir seus compromissos; (2) a recusa dos Estados Unidos, de longe o maior emissor de gases de efeito estufa, em assinar o protocolo ou mesmo, até bem pouco tempo, em aceitar o fato de que as ações humanas estavam na base das mudanças climáticas; e (3) a falta de entendimento de países em desenvolvimento como Brasil, China e Índia, emissores importantes de gases de efeito estufa, de que também deveriam reduzi-las, apesar da questão das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Ele estabelecia mecanismos de mercado para favorecer a captação de carbono, dentro de uma visão de mercantilização dos bens da natureza, criticada por muitas organizações. Hoje já se discutem quais ações devem ser tomadas no pós-Kyoto, mas o fracasso das negociações internacionais nos últimos anos tem dado poucas esperanças de um acordo efetivo. O apoio à participação social e pressão para acelerar e melhorar os termos de acordos internacionais pode vir a ser uma forma de o Fundo Dema incidir sobre o tema.

Com a demonstração de que as mudanças climáticas já estão aqui, as ações de mitigação e adaptação devem ser aceleradas. O Fundo Dema deve definir intervenções e orientar o impacto de sua atuação a partir da prática de sua base social. Muitos sistemas agrícolas, agroextrativistas e de manejo de recursos florestais oferecem exemplos de medidas de adaptação que podem ajudar a reduzir a vulnerabilidade das populações ao impacto das mudanças climáticas. Como diz Altieri “entender os mecanismos de adaptação e resiliência dos sistemas da pequena agricultura é essencial para desenhar uma estratégia de desenvolvimento de agroecossistemas sustentáveis nesta nova era da variabilidade

Adaptação deveria ser uma forma de ajustar os sistemas sociais, econômicos e ambientais aos atuais e futuros efeitos do aquecimento global. A prevenção, a mitigação e a resiliência (capacidade de suportar mudanças sem ser afetado) são conceitos ligados à adaptação, que podem permitir a prevenção de seus impactos e a diminuição da vulnerabilidade à mudança ou variabilidade climática, especialmente das comunidades e de regiões mais pobres,.

A identificação das estratégias de adaptação que fazem parte das práticas tradicionais e o debate sobre saberes, práticas e inovações que se observam nos projetos apoiados pelo Fundo Dema seriam uma primeira contribuição do mesmo no enfrentamento das mudanças climáticas.

³Altieri Miguel e Nicholls, Clara – Los Impactos del cambio climático sobre las comunidades campesinas y de agricultores tradicionales y sus respuestas adaptativas, Agroecología 3:7-28, 2008.

Box 10 – Mudanças Climáticas – algumas definições

Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL: mecanismo criado dentro do Protocolo de Kyoto a partir de proposta brasileira. O MDL cria a possibilidade de compra pelos países ou empresas emissoras de gases de efeito estufa de créditos de carbono de países ou empreendimentos que estejam “absorvendo” estes gases. É um mecanismo de mercado, uma espécie de “compra do direito de emitir”.

O Protocolo de Kyoto é parte da Convenção Quadro sobre Mudanças Climáticas e coloca metas e mecanismos para a diminuição das emissões para países desenvolvidos. Ele está previsto para terminar em 2012, mas já se sabe que os países não cumpriram com seus compromissos. Ele é um mecanismo reducionista, quer dizer que ele só considera uma parte e não o todo. Ele considera que o valor da floresta é somente o valor de seu carbono, quando na verdade ela é um sistema extremamente complexo incluindo, entre outros, biodiversidade, água, conhecimento e culturas. No caso da Amazônia, o MDL só pode ser utilizado para a recuperação de áreas degradadas.

Mitigação: intervenção humana que tem o intuito de reduzir as fontes ou melhorar os sumidouros (espaços de absorção) de gases de efeito estufa - GEE. Os esforços de mitigação visam atenuar a perspectiva da mudança do clima ou abrandar sua magnitude em sistemas humanos e naturais. A capacidade de mitigação é o conjunto de estruturas e condições sociais, políticas e econômicas que são necessárias para uma mitigação eficaz. A mitigação objetiva minimizar as causas das mudanças climáticas enquanto a adaptação foca na minimização das consequências do processo. Quanto menor for o esforço na mitigação, maior será a necessidade de adaptação.

Adaptação: Ajuste dos sistemas humanos ou naturais frente às mudanças do meio ambiente. A capacidade dos sistemas naturais se adaptarem é mais limitada que a dos sistemas humanos. No caso das mudanças climáticas, a adaptação se refere ao ajuste dos sistemas humanos e naturais respondendo, de forma eficaz e equitativa, aos impactos esperados pelas mudanças climáticas e pela variabilidade do sistema climático.

Não há hoje no Brasil nenhum mecanismo sendo implementado para a adaptação às mudanças climáticas que atenda às comunidades tradicionais e os agricultores familiares. O Fundo Dema estuda a possibilidade de se tornar um instrumento para fazê-lo, a partir do entendimento dos resultados dos projetos em curso, da possibilidade de editais dirigidos e de apoio à formação de quadros dos movimentos populares nas temáticas associadas às mudanças climáticas.

Mitigação e adaptação não devem ser entendidas somente do ponto de vista das consequências, mas também das causas do problema, com um tratamento conceitual mais coerente com a mudança de modelo de desenvolvimento buscada. Para isto, é necessário um amplo debate sobre estes temas e sua inserção em práticas cotidianas. As medidas de mitigação e adaptação aos efeitos do clima devem ir em direção contrária aos mecanismos de mercado e rumo às políticas públicas nacionais, regionais e internacionais que priorizem estratégias estruturais para a urgente redução das emissões e do sobreconsumo.



5. Alguns mecanismos de captação de recursos para medidas de adaptação e mitigação

O Fundo Dema precisará buscar novos recursos para fazer frente às demandas socioambientais geradas pelas temáticas relacionadas às mudanças climáticas e por isto quer discutir as implicações éticas destas diferentes fontes de financiamento com seus parceiros, tema que está longe de estar esgotado. A seguir estão alguns dos elementos que merecem ser aprofundados.

A certeza de que não temos como escapar das mudanças climáticas e de seus efeitos levou grupos a buscar formas de levantar fundos para que as comunidades sejam remuneradas pelos seus serviços de proteção das florestas e pelos serviços ambientais que prestam. Estes mecanismos ainda

O Proambiente, pensado inicialmente pelas organizações da região da Transamazônica, foi transformado numa política pública, mas até hoje carece de recursos, financeiros e humanos, para ganhar escala, correndo inclusive o risco de desaparecer. Ele é um mecanismo de apoio à gestão da propriedade com sistemas de produção sustentáveis e deveria ser complementado com o Programa Gestar, de gestão integrada do território, agregando conjuntos de propriedades.

A remuneração dos serviços ambientais está prevista em vários projetos de lei em tramitação no Congresso. Eles foram reunidos em um Projeto de Lei que prevê a criação do Programa Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais com vários subprogramas: transferência de renda - Bolsa Verde, no modelo da Bolsa Floresta, do governo do Amazonas; unidades de conservação, onde os beneficiários podem ser comunidades tradicionais ou as unidades gestoras das UCs; e incentivo econômico à manutenção, manejo e recuperação de florestas nativas, por meio de utilização de instrumento de crédito diferenciado, bônus ambientais, licenças negociáveis; outros poderão ser criados quando a Lei for aprovada.

O estado do Amazonas criou a Fundação Amazonas Sustentável para captar recursos em troca da manutenção de suas unidades de conservação, e o Brasil criou o Fundo Amazônia para captar recursos internacionais, por meio de aportes voluntários de países e empresas emissores de GEE. Ele apoia projetos de proteção e combate ao desmatamento da Amazônia. Ambos se baseiam em mecanismos de Reduções de Emissões por Desmatamento e Degradação – REDD.



É justo que as comunidades recebam pelos serviços ambientais que prestam.



BOX 11 – Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação – REDD

Por insistência do Governo Brasileiro, o Protocolo de Kyoto (ver acima) havia deixado de fora dos mecanismos de desenvolvimento limpo, o desmatamento evitado, quer dizer, o esforço para a manutenção das florestas em pé. Na época de sua negociação, nosso governo considerava que era uma intromissão dos outros países no direito do Brasil decidir o que fazer em suas florestas na busca pelo desenvolvimento.

Em 2007, na Conferência dos países signatários da Convenção Quadro sobre Mudanças Climáticas, em Bali, o próprio Brasil propôs, e os

outros países aceitaram, a previsão em seu Plano de Ação de Políticas e Incentivos Financeiros para a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação em Países em Desenvolvimento, incluindo conservação, manejo sustentável de florestas e aumento de estoques de carbono florestal.

Eles são conhecidos pela sigla REDD+, sendo o “+” adicionado para mostrar que além da redução, há também manejo e conservação.

Por enquanto, os REDD+ e os incentivos financeiros são voluntários.

Parte dos movimentos sociais e Indígenas está apostando em REDD, nos seus diversos formatos, como instrumento de captação de recursos para custear seus projetos (Anexo 1). Outros consideram que o REDD, quando usado como um mecanismo de mercado, não atende às premissas da Justiça Climática (Anexo 2 – Carta de Belém). Ele somente seria aceitável se transformado em política pública e desde que não sirva de justificativa para que países industrializados ou doadores privados continuem suas emissões de GEE.



Parte dos movimentos sociais investem em REDD para captação de recursos.

O Fundo Dema, como citado acima, apresentou um projeto ao Fundo Amazônia com objetivo de reforçar seu fundo fiduciário, ampliar os recursos disponíveis para os Fundos Quilombola e Indígena e lançar editais socioambientais, além de montar um sistema de monitoramento do impacto de seus projetos, justamente como subsídio para uma melhor atuação na temática das mudanças climáticas. Elaborou esta proposta com base em uma análise conceitual a respeito de Justiça Climática feita pelas entidades que formam sua base e sua direção, expressa na Carta de Belém de outubro de 2009 e no Acordo dos Povos, firmado em Cochabamba, Bolívia, em abril de 2010.



Capítulo 3

Justiça Climática e Justiça Ambiental

Conforme apresentado anteriormente, o Fundo Dema se insere no paradigma socioambientalista e acredita na necessidade de uma mudança profunda no modelo de desenvolvimento vigente. Ademais, considera as questões de justiça ambiental e de justiça climática ao mesmo tempo pano de fundo e instrumentos para alcançar esta mudança.

1. Contexto histórico e definições

Os países historicamente responsáveis pela maior quantidade de emissões se beneficiaram delas para o acúmulo de riqueza e bem estar para seus habitantes. O princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, deveria levar à construção de mecanismo para que estes países contribuíssem para as ações de mitigação e adaptação de forma também diferenciadas, arcando com custos maiores, o que não se verifica até hoje.

Box 12 – Justiça socioambiental – algumas definições

Dívida climática: soma financeira de todo prejuízo causado às populações pelas mudanças no clima. Esta é uma dívida dos países historicamente responsáveis pelas mudanças climáticas para com os países afetados por elas. Ela deveria ser paga por ressarcimento e compensações, entre as quais: acesso à tecnologia de reparação e mitigação de impactos. Em países onde, como no Brasil, existem desigualdades regionais profundas, pode-se considerar uma “dívida climática interna”, com, na definição acima, a substituição de “país” por “região”.

Justiça Climática: princípio que estabelece que o peso dos ajustes à crise climática deve ser suportado por aqueles que historicamente foram responsáveis pela sua origem e não por aqueles que menos contribuíram e que são as principais e potenciais vítimas das mudanças climáticas. Segurança e soberania alimentar no campo e na cidade são elementos centrais e constitutivos da noção de Justiça Climática que, para ser conquistada, necessita da criação de um novo paradigma de desenvolvimento, democrático e ambientalmente sustentável. O reconhecimento da dívida climática (ver definição acima) e a busca de forma para o seu

pagamento são instrumentos para atingir a justiça climática.

Justiça ambiental: conjunto de princípios e práticas que: (a) asseguram que nenhum grupo social, seja ele étnico ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de decisões de políticas e de programas federais, estaduais, locais, assim como da ausência ou omissão de tais políticas; (b) asseguram acesso justo e equitativo, direto e indireto, aos recursos ambientais do país; (c) asseguram amplo acesso às informações relevantes sobre o uso dos recursos ambientais e a destinação de rejeitos e localização de fontes de riscos ambientais, bem como processos democráticos e participativos na definição de políticas, planos, programas e projetos que lhes dizem respeito; (d) favorecem a constituição de sujeitos coletivos de direitos, movimentos sociais e organizações populares para serem protagonistas na construção de modelos alternativos de desenvolvimento, que assegurem a democratização do acesso aos recursos ambientais e à sustentabilidade do seu uso.



Todos na sociedade civil, em maior ou menor grau, exigem maior dedicação à luta pela mudança do modelo de desenvolvimento. No bojo desta mudança, devem ser proporcionados os meios adequados para valorizar os povos e comunidades tradicionais e o papel que cumprem na proteção da

Os movimentos sociais e seus aliados consideram que a Amazônia não deve ser vista como um grande mercado de carbono, por um lado compensando a continuidade da contaminação da atmosfera e por outro fortalecendo os laços do Capital junto aos povos da floresta, já que desta forma não há garantia de permanência da vida para todos e todas no planeta.

O estímulo à visão holística, aquela que enxerga as partes e o todo, é importante e estratégico para eliminar a relação autoritária do homem sobre a natureza e desenvolver um diálogo de direitos e reciprocidade para conseguirmos manter da qualidade de vida de todos, todas e tudo.

A Justiça Ambiental está na origem do Fundo Dema, já que a própria aceitação pela FASE do compromisso ser parte do Fundo tem por base a busca por justiça socioambiental. As redes e os movimentos que compõem o Comitê Gestor e o Conselho Consultivo Regional do Fundo Dema e as instâncias internas da FASE são os espaços onde amadurecem e são tomados os posicionamentos políticos. O Fundo Dema, por sua natureza, é um instrumento de apoio à criação e consolidação das ações que reflitam estes posicionamentos.



Para os movimentos sociais, a Amazônia não deve ser vista como um grande mercado de carbono.

2. O papel do Fundo Dema

Conforme apresentado anteriormente, a Amazônia é considerada por todos como estratégica no equilíbrio ambiental do planeta, mas nem por isto existem mecanismos para apoiar aqueles que a protegem e a usam de forma sustentável. Foi visto também que uma série de atitudes pode ser tomada para adaptação e diminuição dos impactos que as mudanças climáticas causam. Sabe-se ainda que mudanças mais profundas do modelo de desenvolvimento são necessárias, não somente por conta da distribuição injusta dos impactos das mudanças climáticas, mas principalmente pela busca de um mundo justo e sustentável.

O Fundo Dema nasceu dentro do paradigma da Justiça Socioambiental. As entidades que compõem seu Comitê Gestor e aquelas que acessam recursos têm consciência da necessidade e da urgência de transformar a realidade, tornando-a mais justa, igualitária e sustentável. A Justiça Climática é parte integral desta busca.

Assim, de forma concreta, assumindo os princípios de Justiça Climática e de Justiça Ambiental, o Fundo Dema priorizará o apoio a projetos de mitigação, adaptação e combate ao desmatamento, dentro de um contexto de fortalecimento político, econômico e cultural dos envolvidos e de sua soberania e segurança alimentar. Além disto, no quadro do desenvolvimento sustentável, atuará para fortalecer públicos específicos e a autonomia dos movimentos nas áreas em conflito; apoiará sistemas produtivos adaptados (agroecologia), o uso sustentável de produtos da floresta, a agregação de valor à produção e a capacitação da base social e das lideranças.

De forma mais geral, investirá nos projetos que ajudem a transformar o modelo atual de desenvolvimento predador. Ele estabelecerá critérios e mecanismos de apoio a projetos que modifiquem comportamentos e deem exemplos concretos de como criar maior resiliência às mudanças climáticas; que favoreçam a adaptação das comunidades e agricultores tradicionais, de preferência a partir de suas próprias práticas e saberes, e, por fim, que subsidiem e reforcem políticas públicas estruturais de mudança de rumo do modelo atual de desenvolvimento.

O Fundo Dema pretende melhorar sua capacidade de extrair lições do conjunto de projetos que apoia, servindo de espaço de visibilidade e projeção, e de manancial de experiências práticas das comunidades e agricultores tradicionais para a adaptação, resiliência e mitigação das mudanças climáticas.

Por fim, quando o Fundo Dema se propõe a atuar nas questões de Justiça Climática e Justiça Ambiental, isto significa também que atuará em consonância com o princípio da responsabilidade histórica. Na prática, isto significa uma inserção formal deste princípio nos objetivos do Fundo, o que evidencia seu posicionamento e inclusive fidelidade a sua origem. Significa também que suas estratégias deverão observar as situações de “injustiça climática” e seus rebatimentos na escala regional quando da definição de prioridades.

Buscamos uma sociedade
onde
homens e mulheres,
jovens e idosos,
índios,
negros,
comunidades tradicionais,
agricultores familiares,
campo e cidade
estejam
em harmonia.

Sabemos da importância da Floresta Amazônica
para a biodiversidade e
no contexto das mudanças climáticas.

Acreditamos no protagonismo de seus habitantes,
na sua conservação
no seu uso sustentável.

Venha ser nosso parceiro!

Participe dos coletivos que pressionam por políticas públicas coerentes.

Fortaleça as Redes Sociais e nosso Comitê Gestor.

Seja membro de nosso Conselho Consultivo.

Apresente projetos.

Participe da transformação do modelo
de desenvolvimento
e da sociedade brasileira.

Seja um agente de transformação socioambiental,
de proteção da Floresta Amazônica e de seus povos,
de seu papel para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas,
e do seu desenvolvimento sustentável.



Venha ser nosso parceiro!

Participe dos coletivos que pressionam por políticas públicas coerentes. Fortaleça as Redes Sociais e nosso Comitê Gestor. Seja membro de nosso Conselho Consultivo. Apresente projetos. Participe da transformação do modelo de desenvolvimento e da sociedade brasileira.

Seja um agente de transformação socioambiental, de proteção da Floresta Amazônica e de seus povos, de seu papel para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas, e do seu desenvolvimento sustentável.

Contatos do Fundo Dema
Coordenação: Matheus Otterloo / Maria das Graças Costa Figueiredo
Secretaria: Marysol Sione Vinagre
Rua Bernal do Couto, 1329, Umarizal
66055-080 Belém – PA - Brasil
Tel.: +5591 40053751
Fax: + 5591 40053750
fundodema@fase-pa.org.br
www.fundodema.org.br



Apoio:



Anexo 1 – Carta Mensagem da Região MAP para a COP 15 – Pagamento por serviços ambientais com limites

CARTA-MENSAGEM DA REGIÃO MAP PARA COP 15

A Região trinacional MAP, na Amazônia Sul-ocidental, está formada pelo Departamento de Madre de Dios (Peru), o Estado do Acre (Brasil) e o Departamento de Pando (Bolívia) e com uma área de aproximadamente de 310.000 km². Esta região contém uma das maiores áreas de florestas tropicais contínuas conservadas, menos de 8% desta área está desmatada, com grande quantidade de estoque de carbono (mais de 3 bilhões de toneladas de carbono). Estas extensas florestas ajudam a manter a bomba hidrológica que regula o clima e a produtividade da terra no sul e sudeste do Brasil e no Norte América do Sul alcançando o Caribe e a Flórida. Em consequência, a Região MAP contribui significativamente na regulação do clima global e na mitigação da mudança climática.

A região MAP possui um dos mais altos índices de biodiversidade registrados no planeta. É também culturalmente diversa, onde habitam mais de 26 povos indígenas amazônicos que habitam e dependem das florestas, dedicados a gestão sustentável dos recursos naturais, e são de fundamental importância na conservação das florestas tropicais e seus estoques de carbono, mitigando ainda os efeitos das emissões de gases de efeito estufa.

A região MAP enfrenta complexas atividades que transformam as florestas e ameaçam extinguir sua função de regulador do clima global. As principais atividades são: desmate e queima de floresta para agropecuária, mineração aurífera aluvial, atividade madeireira ilegal, exploração de petróleo em territórios indígenas e áreas de proteção ambiental, megaprojetos de infra-estrutura rodoviária, hidroviária e energética. Em grande parte da região MAP estes processos ocorrem com pouco ou quase nenhum planejamento e controle. Estima-se que para o ano de 2030, o desmatamento ao longo das estradas provocará uma perda de aproximadamente 97.000km² de cobertura florestal, um incremento de 4 vezes a atual área desmatada. Em 2005 mais de 4.000Km² de florestas foram impactados por incêndios florestais nessa região.

Desde o ano 2000, os cidadãos da região MAP vêm se organizando em uma ampla rede de pessoas e instituições, preocupados por maximizar os benefícios e minimizar os impactos negativos do desenvolvimento na região. Esta é uma das mais importantes iniciativas de desenvolvimento sustentável e fraternidade dos povos que existem no mundo.

Considerando a importância da nossa região na mitigação da mudança climática, os abaixo assinantes, representantes de povos indígenas, ribeirinhos, extrativistas, castanheiros, seringueiros, pequenos agricultores, empresários florestais, governos, universidades, institutos de pesquisa, ONGs e sociedade civil organizada da região MAP, fazendo uma reflexão sobre os impactos do desmatamento na mudança climática e possíveis alternativas como a aplicação do mecanismo de REDD na região, manifestamos e recomendamos a COP 15 o seguinte:

1. A mitigação da mudança climática e a adaptação ao mesmo, somente se obterá usando uma perspectiva de desenvolvimento sustentável com governança ambiental, que passa pelo ordenamento territorial para o progresso humano baseado em florestas saudáveis. REDD deve

ser impulsionado como um mecanismo desejável e deve formar parte de estratégias múltiplas e mecanismos flexíveis de pagamento por serviços ambientais de acordo com a realidade ecológica e social de cada região. Isto fortalecerá as negociações de REDD a nível regional e internacional.

2. Um critério fundamental no planejamento de desenvolvimento baseado nas florestas em pé é reconhecer o valor e a função da diversidade biológica e cultural, que permita a regeneração das florestas e condicione sua capacidade de capturar carbono e regular o ciclo hidrológico. Fazemos um chamado aos membros que fazem parte na COP 15 que reconheçam o valor da diversidade biológica e cultural nas mudanças climáticas.
3. Para viabilizar um mecanismo REDD na Amazônia e outras regiões florestais do planeta são imprescindíveis:
 - a. Apoiar o fortalecimento de capacidades associativas da sociedade civil, especialmente as organizações de base, para que possam participar de maneira informada e qualificada no planejamento das ações de desenvolvimento e na definição de visões do futuro regional.
 - b. Avaliar participativamente os impactos integrados dos mega-projetos e seus potenciais efeito na aceleração do aquecimento global, na redução da biodiversidade e da diversidade cultural.
 - c. Que os benefícios e compensações dos possíveis mecanismos de REDD, reconheçam os esforços já realizados pelos povos indígenas, comunidades locais, produtores, extrativistas, pequenos produtores e da iniciativa privada na redução de emissões por desmatamento, degradação florestal e na proteção das florestas; e que esses benefícios cheguem a aqueles que realmente fazem esforços para a conservação das florestas e da redução do desmatamento.
 - d. Promover e fortalecer mecanismos de cooperação internacional no âmbito regional para a gestão de recursos transfronteiriços e conjuntos na mitigação da mudança climática e adaptação solidária a mesma.

Esperamos e confiamos que estas recomendações sejam aceitas e implementadas pelos Estados representantes na COP 15.

Assinatura: Região MAP



Signatories of message from the MAP Region - Firmantes da carta mensagem de la Región MAP - Assinantes da Carta-Mensagem da Região MAP

Pedro Casanova Romero Agricultura Ecológica - AAE - PE
 Jacob Carbone T. ABT - BO
 Augusto Mulachovich ACCA - PE
 Edson Chelbi Valera ACCONAMAR - BR
 Juan Carlos Flores del castillo AIDER - PE
 Geraldo Francisco Jansenawa AIHA - BR
 Flaviano Medeiros Kasinawa AKARIB - BR
 Alfonso Cardozo Mourazay Alcalde de Tahuamanu - PE
 Maria Santa Kasinawa Aldeia Paros - BR
 Jostias Pereira Kasinawa AMAAIC - BR
 Antônio Francisco de Paula AMAJ - Amigos das Águas do Juruá - BR
 Edgar Vidarreo AMDEPANDO-BO
 Renato Ferreira Ribeiro AMOPREX-CM - BR
 Armando Mercado Torres AMPA-PE
 Nilson Teixeira Mendes AMPRAECM-BR
 Francisco Francileudo Brandão APROINV-BR
 Ederberto Brito APROKAP (KAXINAWA) - BR
 Gerônimo Vieira Apunani APTIKAM-BR
 Valterci de Oliveira Pinto ASAG de Porto Valter-BR
 João R. Jansenawa Jansenawa ASOJAR-BR
 João Sales de Rosa ASKRJ (KAXINAWA) - BR
 Andres Berrocal Camara Asociación de Sheringueros-PE
 Francisco Piyako Ass. Indígenas AC-BR
 Josimar Pinheiro Sales ASSOCIAÇÃO ASKARJ (KAXINAWA) - BR
 José Barbosa da Silva Cacique (KAXINAWA) - BR
 Milton Brandão Cacique SHANAWA-BR
 Ingrid Moutinho Zurita CAMDE-PERU
 Eduardo Salhuana Carides CC.NN BELGICA-PE
 Cláudia J. Guerra Sandoval CCL-Prov - Tambopata-PE
 Abdel Monjevar CDC - Pando-BO
 Eddy Mendoza CI - PE
 Ana Patricia Chaves Ferreira CIMI - BR
 Valdecy Franco dos Santos CMKA / APROINV - BR
 Elio da Silva Mauchineri CMPI-BR
 José Maria Barbosa de Aquino CNS-BR
 Sebastião A. R. Mauchineri COIAB - MY MAO-BR
 Mann Luiza P. Ochoa Comissão Pro-Índio do Acre-BR
 Pavel Jesek CONDIAC-BR
 Sebastião Aragão de Souza Conselho C. PNSD - Alto Juruá-BR
 Francisco de Souza Conselho OPIAJBAM-BR
 Ernesto Raer Luna CSA-UPCH-PE
 Cestário Campelo CTA - Acre-BR
 Angel Martinez Yanez D.R. Agricultura-PE
 Hilda Verónica Kotjagura Gierich DIR. PRODUCE-PE
 Miguel Angel José Farfán Dirección Regional de Agricultura-PE
 Elio Carlos Gomes Diretor da Escola MATUKINA-BR
 Francisco Silva Lima Diretor do S. Itesac-BR
 Victor González Carmona DRA-MDD-PE
 Hugo Cabezas Cubas DRISZA - MANU-PE
 Williams Pinto Marques Ferrerri EMBRARA-BR
 Hermanni Marques da Silva Etnodanza Indígena (APURINÁ) - BR
 Eric Ananich FAN - BO
 Gerson Barbosa da Silva Federação do Povo Humahu do Acre-BR
 Pepe Luis Acecho González FEDERACION SHUAR FIGSH-COL
 Eddy Peña Cruz Fondo Boque - PE
 Terri Valle de Aquino Fondo de Proteção Etno-Ambiental R. Envira-BR
 Antonio Ferreira da Silva ELNAI - BR
 José Luiz Gerente Educação Indígena YAWANAWA-BR
 Heidy Resnikowski GNTP - Grupo N de Trabajo Para Participación - BO
 Angel Triguero Viquepel GOREMAD - Vice presidente - PE
 Alfredo Herrera Quijpe GOREMAD - GRNRYGMD - PE
 Mariano Castro GT - ICAA-PE
 Jailson Juracy Souza de Macedo GTA Regional Acre - BR
 Juan Fernandez Reyes HERENCIA - BO
 Diogo Selhorst IBAMA - AC-BR
 Ely Zulma Villegas Gomes IBIF - BO
 Erickoli Gonçalves Brasil ICMBio Assis Brasil-BR
 Adalberto Jansenawa ICMBio IBAMA-BR
 Ivo Sanches Lima IMAC-BR
 Juan Pablo Stavinsky Lima Instituto Del Bien Comum-PE
 Nelson Chibover Interocenica Sur - PE
 Elio P. H. Mendes IPAM - BR
 Heitor Mendes ITA - PE
 Eraldo Buzoza Serrato KAXINAWA - Jordão - BR
 Nelson Kroll Kohel MADERACRE SAC - PE
 Jaime Sebastião P. Mauchineri MAPKAHA - BR
 Lucas Amur Brandi Mauchineri MAPKAHA - BR
 Vinny Morrison Ministerio Del Ambiente - PE
 Maristela B. Gomes Shamenawa Movimento de Mulheres Indígenas do Acre - BR
 Emir Flores Barriga MPT-Peru
 Liliana Sorcia Museu Noel Kempff-BO
 Marcos Mateus OAKT (HUNKUJ)-BR
 José Correa da Silva OCAEI (JAMINAWA)-BR
 Wallace Junno de Azeite OCIAI (APURINÁ)-BR
 Anderson José da Silva Jansenawa OKCHERJER
 Francisco Gonçalves OPIAJBAM-BR
 Armando Augusto Kasinawa OPIHAP-BR
 Roberto C. Fernandes de Matos OPIRE / ASSOC. ASPAKNO-BR
 Sandro Dominguez del A. P. Especial MD-PE
 Julio Nunes Barbosa Pajé - KAXINAWA-BR
 Raimundo N. Rodrigues de Carvalho Pajé - OPIRE / ASSOC. ASPAKNO-BR
 Deuzmar Peres de Ramos PAJE (HUNKUJ)-BR
 Angélica Jansenawa Povo Jeminawa - Alto Rio Caete-BR
 Jonatã Matos de Souza Presidente Assoc. Paraná dos Mouras-BR
 Raimundo Monteiro de Moraes P. Associação Semgal Cachoeira-BR
 Juan Garcia Campos P. Comunidade Nativa Sawawo Hito 40-BR
 Edson Brandão PROIV (SHANAWA)-BR
 José Luis Sanchez Espinosa PROJETO 9 - GOREMAD-PE
 Lucas Benites Pro-Naturaleza-PE
 Zemilda Barbosa da Silva Representante HUNKUJ-BR
 Manoel Gabriel da Silva Representante Indígena - Porto Acre-BR
 Marilés Francisca dos Santos Representante Yawanawa-BR
 José Ribamar Mauchineri Represente Indígena - Assis Brasil-BR
 Francelino Afonso Nunes da Silva Reserva Alto Juruá-BR
 Antonio Barreto de Melo Reser. Juruá-BR
 Silvio Bidinoto S.O.S. Amazônia-BR
 Francisco dos Chagas N. Ferraresi Sítio Indígena-BR
 Monica De los Rios SEMA - BR
 Armando Miliare del Castillo SENASA - PE
 Kennedy Chamenawa SHANAWA - BR
 João Paulo Peço Sindicato Shaminawa - Peru
 Francisco Cavato da Silva Soc. Agrícola da Praia da Amizade - BR
 José Luis Capela SPDA - PE
 Ronaldo Cândido da Silva STR - Rodrigues Alves - BR
 Josimar Pinheiro Kasinawa TI Seringal Independência - BR
 Mercedeske Shomy Ashaninka T.I. Rio Breu - Aldeia Moura Nova - BR
 Dana Alvira The Field Museum - USA
 Alfredo Salinas Castro TNC - BR
 Amador Apariz UAP - BO
 Marcelo de Oliveira Lanif UCEGEO - BR
 Silvia Weel UFMG - BR
 Claudia Daza Andrade UFRJ - IWIG - BR
 Andrea Chavez Michaelien UF-UNAMAD - PE
 Lenice Luiza UMIAB - COIAB - BR
 Gubiana C. Lamas Aguiar UNALM - PE
 Mishan Garcia Roca UNAMAD - PE
 Stephen G Perz Universidade de Florida - USA
 Milene Maria Silva Vereadora do Município de Feijó - BR
 Elvira Yano de Virconde Vice coord. do Mini MAP Castanha - BR
 Foster Brown WHRC/UFAC - BR
 Cecilia Alvarez WWF - Peru
 Alberto Tavares WWF Brasil

Anexo 2 - Carta de Belém

Pagamentos por serviços ambientais não devem ser mecanismos de mercado

Somos organizações e movimentos sócio-ambientais, trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar e camponesa, agroextrativistas, quilombolas, organizações de mulheres, organizações populares urbanas, pescadores, estudantes, povos e comunidades tradicionais e povos originários que compartilham a luta contra o desmatamento e por Justiça Ambiental na Amazônia e no Brasil. Reunimos-nos no seminário “Clima e Floresta - REDD e mecanismos de mercado como solução para a Amazônia?”, realizado em Belém em 02 e 03 de outubro de 2009, para analisarmos as propostas em curso de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD) para a região à luz de nossas experiências sobre as políticas e programas implementados na região nas últimas décadas. Nesta Carta vimos a público manifestar nossa reivindicação que o governo brasileiro rejeite a utilização do REDD como mecanismo de mercado de carbono e que o mesmo não seja aceito como compensação às emissões dos países do Norte.

Rechamos os mecanismos de mercado como instrumentos para reduzir as emissões de carbono, baseados na firme certeza que o mercado não é o espaço capaz de assumir a responsabilidade sobre a vida no planeta. A Conferência das Partes (COP) e seus desdobramentos mostraram que os governos não estão dispostos a assumir compromissos públicos consistentes, transferem a responsabilidade prática de cumprimentos de metas, além do que notoriamente insuficientes, à iniciativa privada. Isso faz com que, enquanto os investimentos públicos e o controle sobre o cumprimento de metas patinam, legitima-se a expansão de mercado mundial de CO₂, que aparece como uma nova forma de investimento de capital financeiro e de sobrevida a um modelo de produção e de consumo falido.

As propostas de REDD em debate não diferenciam florestas nativas de monoculturas extensivas de árvores, e permitem aos atores econômicos – que historicamente destruíram os ecossistemas e expulsaram as populações que vivem neles – encontrarem nos mecanismos de valorização da floresta em pé maneiras de continuar com e fortalecer seu poder econômico e político em detrimento dessas populações. Além disso, corremos o risco que os países industrializados não reduzam drasticamente suas emissões pela queima de combustíveis fósseis e mantenham um modelo de produção e de consumo insustentáveis. Precisamos de acordos que obriguem os países do Norte a reconhecerem a sua dívida climática e a se comprometerem com a reparação da mesma.

Para o Brasil, as negociações internacionais sobre clima não podem estar focadas no debate sobre REDD e outros mecanismos de mercado e sim na transição para um novo modelo de produção, distribuição e consumo, baseado na agroecologia, na economia solidária e numa matriz energética diversificada e descentralizada, que garantam a segurança e soberania alimentar.

O desafio central para o enfrentamento do desmatamento na Amazônia e em outros biomas do país é a solução dos graves problemas fundiários, que estão na raiz dos conflitos sócio-ambientais. O desmatamento - resultante do avanço das monoculturas, das políticas que favorecem o agronegócio e um modelo de desenvolvimento voltado à exploração predatória e exportação de recursos naturais - só será evitado com a resolução da questão fundiária, a partir de uma Reforma Agrária e de um reordenamento territorial em bases sustentáveis, e do reconhecimento jurídico dos territórios dos povos e comunidades tradicionais e povos originários.

Temos outra visão de território, desenvolvimento e economia, que estamos construindo ao longo do tempo, articulando o uso sustentável da floresta e o livre uso da biodiversidade. Faz-se necessário um conjunto de políticas públicas que permitam o reconhecimento e valorização dessas práticas tradicionais, baseadas na convivência entre produção e preservação ambiental.

Nos comprometemos a seguir lutando a partir destas premissas, e para que todo e qualquer mecanismo de redução do desmatamento esteja inserido em uma visão abrangente de políticas públicas e fundos públicos e voluntários que viabilizem nossos direitos e a vida na Amazônia e no planeta.

Assinam:

Amigos da Terra – Brasil
ANA – Articulação Nacional de Agroecologia
Associação Agroecológica Tijupá
APACC – Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes
APA-TO – Alternativas para a Pequena Agricultura do Tocantins
CEAPAC - Centro de Apoio a Projetos de Ação Comunitária
CEDENPA – Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará
COFRUTA – Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba
Coletivo Jovem Pará
Comissão Quilombola de Sapê do Norte – Espírito Santo
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CUT – Central Única dos Trabalhadores
FASE – Solidariedade e Educação
FAOC – Fórum da Amazônia Ocidental
FAOR – Fórum da Amazônia Oriental
FEAB – Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará
FETRAF – Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil
FMAP – Fórum Mulheres Amazônia Paraense
FORMAD – Fórum Mato-Grossense pelo Desenvolvimento e Meio Ambiente
Fórum BR 163
Fórum Carajás
FUNDO DEMA
GIAS – Grupo de Intercâmbio em Agricultura Sustentável do Mato Grosso
GMB – Grupo de Mulheres Brasileiras
IAMAS – Instituto Amazônia Solidária e Sustentável
Instituto Terrazul
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
Malungu – Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará
MAMEP – Movimento e Articulação de Mulheres do Estado do Pará
MMM – Marcha Mundial das Mulheres
MMNEPA – Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense
MMTA-CC – Movimento das Mulheres Trabalhadoras de Altamira Campo e Cidade
Movimento Xingu Vivo para Sempre
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
RBJA – Rede Brasileira de Justiça Ambiental
Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais
REBRIP – Rede Brasileira pela Integração dos Povos
RECID – Rede de Educação Cidadã
Rede Cerrado
Rede Alerta contra o Deserto Verde
Reserva Extrativista Marinha Arai-Peroba
Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Curuçá
Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns
SDDH – Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos
STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - Abaetetuba
STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - Cametá
STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - Lucas do Rio Verde – Mato Grosso
STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – Santarém
Terra de Direitos
UNIPOP – Universidade Popular
Via Campesina Brasil

Belém, 02 e 03 de outubro de 2009



FUNDO Y DEMA
somos a floresta

